

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DANO À IMAGEM

Regina Lúcia Lima Bezerra

Brasília
2003

REGINA LÚCIA LIMA BEZERRA

DANO À IMAGEM

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, por Regina Lúcia Lima Bezerra, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: **Professor Doutor Yanko Marcius de Alencar Xavier**

Brasília
2003

BEZERRA, Regina Lúcia Lima

Dano à imagem: [Brasília-DF]2003

Dissertação – Mestrado – Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Direito –
Universidade Federal de Pernambuco

x, 153 p., 29,7 cm

Direito – Dano, imagem, hipóteses, caracterização, reparação

TERMO DE APROVAÇÃO

DANO À IMAGEM

Regina Lúcia Lima Bezerra

Orientador: **Professor Doutor Yanko Marcus de Alencar Xavier**

Banca Examinadora:

Professor Doutor Geraldo de Oliveira Santos Neves – Presidente/UFPE

Professora Doutora Julia Dolores Schmied Zapata – 1ª Examinadora/UNB

Professor Doutor José Rossini Campos Corrêa – 2ª Examinadora/UNICEUB

Brasília
2003

Agradecimentos,

A Deus, alicerce maior e insofismável do universo, por permitir-me concluir a presente jornada, entrego, em oferenda, meus esforços no aprendizado do tema ora desenvolvido, e solicito, para o presente e o futuro, sua constante iluminação em todos os assuntos ligados ao Direito e a minha existência.

Aos meus Pais, Alfa Vieira Lima Bezerra e Adail Rodrigues Bezerra (*in memoriam*), incentivadores da minha escolha pela ciência do direito e promotores dos avanços auferidos nos estudos jurídicos, agradeço todo bem que deles sempre recebi.

Ao professor Yanko Marcius de Alencar Xavier, emérito, fraterno e sincero amigo, testemunho minha gratidão na orientação segura da execução desse trabalho.

Ao professor Raymundo Juliano do Rêgo Feitosa manifesto os meus agradecimentos pela lição de perseverança e dedicação, demonstrada no decorrer do Curso de Mestrado.

RESUMO

A dissertação apresenta as violações do direito à imagem e sua evolução desde os primórdios da existência humana até os dias de hoje. Na elucidação do tema, ressaltam-se a autonomia do direito e a independência do respectivo dano, analisadas em consonância com as teorias construídas na doutrina e jurisprudência nacionais.

A abordagem destaca ainda a evolução legislativa da proteção do direito à imagem, conferida de forma específica pela Constituição Federal de 1988, que prescreve a reparação ampla e definitiva do dano perpetrado contra ela.

A importância do nexos causal entre a ação danosa e o decréscimo do patrimônio moral do ofendido; a prevalência atual da teoria objetiva em detrimento da responsabilidade subjetiva, anteriormente consolidada, além dos aspectos processuais que cercam a reparação do dano, indiscutivelmente reconhecida após a vigente Carta Política, formam o núcleo central, desenvolvido na dissertação.

Outrossim, encontra-se delineada a concepção do direito à imagem como integrante dos direitos da personalidade e da categoria dos direitos humanos, examinando-se a proteção conferida no panorama interno e internacional. A ocorrência do dano, na esfera do Direito Público, permite o alargamento da discussão nas disciplinas do Direito do Trabalho, Eleitoral, Penal, Processual Penal e Internacional, propiciando o estudo da ofensa à imagem com o rótulo da discriminação e do preconceito em relação a alguns grupos nacionais, ultrapassando os limites da projeção meramente individual do direito à imagem.

ABSTRACT

The monograph deals with the violation of the right to one's own image and its evolution from the early days of human life to our days. In clarifying the subject, we highlight the autonomy of the right and the independence of the corresponding harm, analysed pursuant the theories built upon the national doctrine e and jurisprudence.

The approach also highlights the legislative evolution of the protection to the right to one's own image, specifically granted by the Federal Constitution of 1988, which prescribes wide and definitive remedy for harm caused against such image.

The importance of the cause link between the harmful action and the decrease of the moral assets of the offended party; the present prevalence of the objective theory against that of the previously consolidated subjective responsibility, and the process-related aspects around the remedy of the harm, undoubtedly recognised after the present political chart entered into force, make up the central core developed in the monograph.

The monograph also highlights the conception of the right to one's own image as a part of the personality rights and of the category of human rights, analysing the protection granted within the national and international frameworks. The occurrence of harm in the sphere of Public Law allows for an expansion of the discussion in the fields of Labour Law, Electoral Law, Criminal Law, Criminal Process Law and International Law, which propitiates the study of the offence to image in terms of both discrimination and prejudice vis-à-vis certain groups within the Brazilian society, going beyond the limits of a merely individual protection of the right to one's own image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
HISTÓRICO	15
1.1. Registros na Antigüidade	15
1.2. Consolidação na Era Atual	16
1.3. Classificação dos Danos Morais	23
CAPÍTULO II	
CONCEITUAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	28
2.1. Dano Moral e Dano Material: Diferenciação	28
2.2. Características do Dano Moral	32
CAPÍTULO III	
O DANO À IMAGEM ESPECIFICAMENTE CONSIDERADO	35
3.1. Teorias Acerca do Dano e a sua Reparabilidade	35
3.2. Abrangência e Limitações do Dano	40
3.3. A Tutela e o Dano à Imagem no Direito Internacional	45
CAPÍTULO IV	
O DANO À IMAGEM NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	58
4.1. Pressupostos	58
4.2. Espécies do Dano à Imagem	61
4.3. A Repercussão Pública do Dano à Imagem	67
4.4. Do Dano à Imagem na Esfera do Direito Público	70
4.5. Da Relação entre o Ofensor e o Ofendido	84
CAPÍTULO V	
A RESPONSABILIDADE PELO DANO À IMAGEM	91
5.1. Da Responsabilidade Subjetiva e Objetiva	91

5.2. Legislação Aplicável na Reparação do Dano	103
5.3. A Responsabilização pelo Dano à Imagem causado pelo Aspecto Físico de Grupos Sociais	111
CAPÍTULO VI	
O USO PERMITIDO E O INDEVIDO DA IMAGEM	128
6.1. A Imagem e Sua Expressão “Lato Sensu”	128
6.2. O Uso Lícito e o Indevido da Imagem	130
6.3. O Uso Indevido da Própria Imagem	139
 CONCLUSÃO	 142
 BIBLIOGRAFIA	 149